

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
4. Composição da carteira de operações de crédito e correspondente provisão para créditos de liquidação duvidosa por níveis de risco estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil
5. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS
6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
8. DEPÓSITOS
9. RECURSO DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS
10. OBRIGAÇÕES PARA EMPRÉSTIMOS
11. OUTRAS OBRIGAÇÕES
12. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES
13. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS
14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
15. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA



### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

##### e. Realização dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2017

	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Imposto de renda</b>					
Ações contrárias	1.442	806	584	362	265
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.818	12.654	4.260	912	148
Créditos baixados - Prejuízo	9.039	22.263	24.871	28.168	24.603
Desvalorização - Bens não de uso próprio	866	-	-	-	-
Ações trabalhistas	1.869	126	103	269	498
Gravames	-	133	-	-	-
Outras adições	1.322	64	-	-	-
	<u>60.356</u>	<u>36.046</u>	<u>29.818</u>	<u>29.711</u>	<u>25.514</u>
	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>

<b>Imposto de renda</b>					
Ações contrárias	163	150	110	79	24
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	64	10	-	-	63.866
Créditos baixados - Prejuízo	-	-	-	-	108.944
Desvalorização - Bens não de uso próprio	-	-	-	-	866
Ações trabalhistas	162	-	-	-	3.027
Gravames	-	-	-	-	133
Outras adições	-	-	-	-	1.386
	<u>389</u>	<u>160</u>	<u>110</u>	<u>79</u>	<u>182.207</u>
	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>

<b>Contribuição social</b>					
Ações contrárias	1.154	645	350	217	159
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	36.654	10.123	2.566	547	89
Créditos baixados - Prejuízo	7.231	17.810	14.922	16.901	14.762
Desvalorização - Bens não de uso próprio	692	-	-	-	-
Ações trabalhistas	1.495	101	62	162	299
Gravames	-	107	-	-	-
Outras adições	1.058	51	-	-	-
	<u>48.284</u>	<u>28.837</u>	<u>17.890</u>	<u>17.827</u>	<u>15.309</u>
	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>

<b>Contribuição social</b>					
Ações contrárias	98	90	66	48	14
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	38	5	-	-	50.012
Créditos baixados - Prejuízo	-	-	-	-	71.626
Desvalorização - Bens não de uso próprio	-	-	-	-	692
Ações trabalhistas	97	-	-	-	2.216
Gravames	-	-	-	-	107
Outras adições	-	-	-	-	1.109
	<u>233</u>	<u>95</u>	<u>66</u>	<u>48</u>	<u>129.603</u>

O valor presente destes créditos tributários é de R\$ 257.649 em 30 de junho de 2017 (R\$ 249.499 em 30 de junho de 2016), considerando-se a taxa Selic de 10,25% a.a.

Os critérios de constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados:

- A constituição do crédito tributário foi efetuada com base nas adições temporárias no período corrente.
- A realização do total de créditos tributários constituídos existentes em 30 de junho de 2017 foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, das adições temporárias que são de: 34,95% no ano de 2017; 20,88% no ano de 2018; 15,35% no ano de 2019; 15,29% no ano de 2020; 13,13% no ano de 2021; 0,39% para os últimos cinco anos. Essas estimativas serão revistas anualmente. Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, baseado em estudo técnico, que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias da instituição e indicadores econômico-financeiros.

##### 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

###### a. Capital Social

Em 30 de junho de 2017, o capital social é de R\$ 344.387 (R\$ 344.387 em 30 de junho de 2016), representado por 27.600.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no país.

###### b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido do semestre, limitado a até 20% do Capital Social (Circular nº 1.273 e Circular nº 2.750, no artigo 3º §2º).

###### c. Dividendos

Na Reunião de Diretoria realizada no dia 20 de fevereiro de 2017, foi autorizada a distribuição dos dividendos provenientes da Reserva Especial de Lucros do exercício de 2013 e 2014, no montante de R\$ 50.000 para a acionista Honda South America Ltda, o valor foi distribuído em 28 de março de 2017.

##### 16. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2017	2016
Rendas de cobrança	-	10.347
Rendas de serviços prioritários - Pessoa física	33.536	25.763
Rendas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica	253	174
	<u>33.789</u>	<u>36.284</u>

##### 17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Serviços de terceiros (i)	19.754	32.665
Despesa de comissão (ii)	23.298	20.935
Serviços técnicos especializados	7.704	5.859
Despesa de cartório	2.716	2.378
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.328	2.476
Despesa de processamento de dados	2.579	1.730
Despesa de promoções e relações	223	2
Despesa com viagem	886	676
Campanha de vendas	3.975	8.901
Outras despesas administrativas	6.841	7.926
	<u>70.304</u>	<u>83.548</u>

(i) Basicamente serviços contratados para Consultorias

(ii) Basicamente pagamento de comissões de venda

##### 18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Reversão/utilização de outras provisões operacionais (Nota 12a)	5.022	5.792
Reversão de provisões diversas	6.262	-
Reversão de desvalorização de bens não de uso próprio - BNDU	2.550	1.193
Reembolso de despesa bens não de uso próprio - BNDU	3.051	1.432
Outras	4.030	106
	<u>20.915</u>	<u>8.523</u>

##### 19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Provisão para contingências	9.403	6.459
Desvalorização de bens não de uso próprio - BNDU	2.093	2.829
Desconto concedido	1.138	1.026
Indenização ações contrárias	941	1.744
Despesas com despachante	2.606	1.610
Campanha de cobrança	1.956	1.673
Outras	795	193
	<u>18.932</u>	<u>15.534</u>

##### 20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora direta do Banco é a Honda South America Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co., com sede no Japão. As transações com partes relacionadas restringem-se a operações de incentivo à venda de produtos fabricados por estas empresas e utilização de bens imóveis, todos devidamente suportados por contratos entre as partes, controladas pela mesma.

###### a. Controladora do Banco

	1º Semestre			
	2017	2016		
Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	
Honda Automóveis do Brasil Ltda.				
Valores recebidos antecipadamente	(2)	3.044	(228)	5.377
Moto Honda da Amazônia Ltda.				
Valores a receber	183	-	-	-
Valores recebidos antecipadamente	(1.133)	868	(105)	664
Aluguel de imóvel	(10)	(60)	(9)	(55)
Outras despesas	(103)	(206)	(26)	(177)
Honda Serviços Ltda.				
Prestação de serviço de assessoria administrativa	(2.946)	(8.523)	(3.286)	(12.342)
Valores a receber - Repasse	-	-	-	1
Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.				
Aluguel de móveis e equipamentos	-	(850)	-	(635)
Depósitos a prazo	(80.540)	(4.132)	-	-
Valores a receber	-	(6)	-	(6)
Honda Leasing				
Depósitos interfinanceiros	(18.422)	(995)	-	-

O Banco dispõe de uma Política de Remuneração dos seus Administradores que prevê o pagamento de remuneração variável condicionada ao resultado do Banco, e qualquer remuneração deve ser aprovada sempre no exercício anterior ao do pagamento e se atendidos os quesitos mínimos previstos nesta Política.

No 1º semestre de 2017, o Banco não efetuou pagamentos de remuneração variável aos seus Administradores e não há previsão de pagamento para o 2º semestre de 2017.

A Administração do Banco recebe a remuneração fixa ou gratificações exclusivamente por outras empresas do Grupo nas quais desempenhe função equivalente.

##### 21. OUTRAS INFORMAÇÕES

###### a. Fundo de pensão

O Banco é patrocinador da PREVIHONDA - Sociedade de Previdência Privada de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade de contribuição definida. As contribuições aportadas ao plano no decorrer do 1º semestre de 2017 somaram R\$ 58 (R\$ 65 no decorrer do 1º semestre de 2016), contabilizados na rubrica de despesa com pessoal.

###### b. Limite operacional

Em 30 de junho de 2017, o Índice de Basileia apurado pela instituição foi calculado em conformidade com a nova regulamentação do BACEN para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, ficando em 22,29% (22,58% em 30 de junho de 2016, conforme legislação vigente à época).

###### c. Gerenciamento de riscos

Para atendimento ao requerido nas Resoluções do CMN nºs 3.721/09, 3.464/07, 4.090/12, 3.988/11, 3.380/06, e 4.327/14, o Banco dispõe de estrutura específica para gestão de riscos, e as atividades são centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos incorridos pela instituição.

Para nortear essas atividades, a diretoria da instituição estabeleceu políticas específicas para gestão de cada risco.

###### Gerenciamento de risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito tem a finalidade de mensurar, monitorar e controlar a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Banco utiliza modelos internos para calcular a probabilidade *default* de cada cliente, bem como, a parte total projetada.

###### Gerenciamento de risco de mercado e liquidez

O gerenciamento do risco de mercado objetiva mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de mercado das carteiras de ativos e passivos financeiros do Banco considerando o fluxo financeiro das operações vinculadas a taxas de juros e abrangendo inclusive o risco de liquidez.

Para o cálculo do risco de taxa de juros na carteira *banking*, o Banco utiliza o modelo EVE na abordagem de valor econômico.

###### Gerenciamento de risco de capital

A gestão de capital tem como objetivo mensurar, monitorar e mitigar a evolução dos negócios em consonância com a capacidade de gerar ou obter capital, propondo limites e alternativas de contingenciamento do nível de capital mínimo do Banco, garantido nível de capital adequado a expectativa de evolução dos negócios em ambientes distintos.

O Banco utiliza principalmente testes de *stress* de carteira em condições econômicas adversas.

###### Risco operacional

A gestão de risco operacional segue a premissa de que o risco operacional deriva de eventos resultantes de processos internos, pessoas e sistemas inadequados, falhos ou eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. Estes eventos, quando ocorrem, são registrados e a origem avaliada para correção e melhorias.

###### Risco socioambiental

A gestão de risco socioambiental é concebida sobre a premissa de que este é a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambientais. Em seu gerenciamento deve ser considerado: sistemas, rotinas, procedimentos, novas modalidades de produtos ou serviços, ramo de atividade dos clientes, entre outros exemplos.

As descrições dessas estruturas mais detalhadas estão evidenciadas no site do Banco, e os relatórios dessas atividades estão disponíveis na sua sede.

###### d. Covenants

Os *covenants* são regras estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos que têm por objetivo comprometer o devedor de forma mais eficaz do que as garantias tradicionais. O Banco é devedor por empréstimos obtidos junto ao Banco de Tokyo Mitsubishi Brasil S.A, Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A e Japan Bank For International Cooperation - JIBC, com último vencimento em maio/2020, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioeconômico.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. Essas informações também são monitoradas e requeridas pelos credores mencionados.

#### A DIRETORIA

#### ELVIS FLAUSINO GONÇALVES - T.C. CRC 1SP206096/O-8

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionista do

**Banco Honda S.A.**

São Paulo - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Honda S.A (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e

pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco Honda continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco Honda ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam inventar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de agosto de 2017

 Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

**Giuseppe Masi**  
Contador CRC 1SP176273/O-7